
PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12/12/2016

PROJETOS A SEREM LIDOS

EMENDAS ADITIVAS DO PODER LEGISLATIVO

EMENDA ADITIVA N° 017/2016, de 08 de Dezembro de 2016, de autoria do Vereador Miguel Moreira da Silva - PSB, “Ao Projeto de Lei Complementar n° 017 de 05 de dezembro de 2016”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

EMENDA ADITIVA N° 018/2016, de 08 de Dezembro de 2016, de autoria do Vereador Miguel Moreira da Silva - PSB, “Ao Projeto de Lei n° 044 de 14 de setembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Estima a Receita e Fixa as Despesas do município de Barra do Garças, para o exercício de 2017””.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

EMENDA ADITIVA N° 019/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Vereador Weliton Andrade da Silva - PDT, “Ao Projeto de Lei n° 044 de 14 de setembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Estima a Receita e Fixa as Despesas do município de Barra do Garças, para o exercício de 2017””.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

EMENDA ADITIVA N° 020/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Vereador Miguel Moreira da Silva - PSB, “Ao Projeto de Lei n° 044 de 14 de setembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Estima a Receita e Fixa as Despesas do município de Barra do Garças, para o exercício de 2017””.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 020/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Complementar n° 084 de 01 de abril de 2005 e suas alterações que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 021/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivo da Lei Complementar n° 091 de 22 de dezembro de 2005”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 022/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivo da Lei n° 124 de 04 de novembro de 2009 – Código de Obras e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 023/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivos da Lei Complementar n° 045 de 15 de dezembro de 1997 que Institui o Código Tributário do município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;

PROJETOS DE LEI DO PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI N° 064/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 065/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 066/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente.

PROJETO DE LEI N° 067/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente.

PROJETO DE LEI N° 068/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 069/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 070/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
 À Comissão de Economia e Finanças;
 À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 071/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
 À Comissão de Economia e Finanças;
 À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 072/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
 À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI Nº 073/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI Nº 074/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI Nº 075/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 076/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 077/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI N° 078/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI N° 079/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI N° 080/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI N° 081/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 082/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Autoriza a outorga de concessão para exploração do serviço de transporte coletivo urbano”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;

À Comissão de Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente.

PROJETO DE LEI N° 083/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei n° 3.762/2016 que institui o “Programa Bolsa Aluguel Social”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 084/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI N° 085/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças;
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI DO PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI N° 048/2016, de 09 de Dezembro de 2016, de autoria do Vereador Miguel Moreira da Silva – PSB e outros, que “Dispõe sobre a verba de natureza indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETOS A SEREM VOTADOS

EMENDAS ADITIVAS DO PODER LEGISLATIVO

EMENDA ADITIVA N° 017/2016, de 08 de Dezembro de 2016, de autoria do Vereador Miguel Moreira da Silva - PSB, “Ao Projeto de Lei Complementar n° 017 de 05 de dezembro de 2016”.

DECRETO PARA REFERENDUM DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N° 3.821/2016, de 30 de Novembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre cessão de servidor municipal ao órgão que menciona”.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 017/2016, de 05 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Regulamenta o pagamento de inscrições e diárias aos membros dos Conselhos Curador, Fiscal e do Comitê de Investimentos do Barra-Previ”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2016, de 05 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Institui a UPFBG – Unidade Padrão Fiscal de Barra do Garças, para efeito de calculo de atualização monetária e de conversao de valores pertencentes a fazenda pública municipal”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 019/2016, de 05 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Complementar nº 084 de 01 de abril de 2005 e suas alterações que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Complementar nº 084 de 01 de abril de 2005 e suas alterações que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 091 de 22 de dezembro de 2005”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivo da Lei nº 124 de 04 de novembro de 2009 – Código de Obras e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 045 de 15 de dezembro de 1997 que Institui o Código Tributário do município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”.

PROJETOS DE LEI DO PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 057/2016, de 30 de Novembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 058/2016, de 30 de Novembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 059/2016, de 30 de Novembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 060/2016, de 30 de Novembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 061/2016, de 30 de Novembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 064/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 065/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 066/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 067/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 068/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 069/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 070/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 071/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 072/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 073/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 074/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI N° 075/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI N° 076/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI N° 077/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI N° 078/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI N° 079/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI N° 080/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI N° 081/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 082/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Autoriza a outorga de concessão para exploração do serviço de transporte coletivo urbano”.

PROJETO DE LEI Nº 083/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei nº 3.762/2016 que institui o “Programa Bolsa Aluguel Social”.

PROJETO DE LEI Nº 084/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 085/2016, de 12 de Dezembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2016, de 28 de Novembro de 2016, de autoria do Vereador João Rodrigues de Souza – PDT e outro, que “Institui a Política Municipal de Regularização Fundiária Sustentável e dá outras providências”.

PROJETOS DE LEI DO PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 034/2016, de 04 de Outubro de 2016, de autoria do Vereador Weliton Andrade da Silva – PDT, que “Estabelece normas para prestação de assessoria jurídica aos vereadores”.

PROJETO DE LEI Nº 045/2016, de 30 de Novembro de 2016, de autoria do Vereador Weliton Andrade da Silva – PDT e outros, que “Insera no calendário oficial de eventos, as festividades que menciona”.

PROJETO DE LEI Nº 047/2016, de 05 de Dezembro de 2016, de autoria do Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto - PT, que “Estabelece novas práticas alimentares no âmbito das escolas públicas municipais e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 048/2016, de 09 de Dezembro de 2016, de autoria do Vereador Miguel Moreira da Silva – PSB e outros, que “Dispõe sobre a verba de natureza indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar e dá outras providências”.